

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2009**  
(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

Em cumprimento ao estabelecido no art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, elaborou-se o Anexo de Riscos Fiscais, contendo a avaliação dos passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas e informações a cerca das providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Neste Anexo, considerou-se as afetações ao orçamento, originárias de situações decorrentes de obrigações específicas do governo, estabelecidas por lei ou contrato, que, uma vez devidas, o estado deve legalmente atender. Todavia sua ocorrência é incerta.

Preliminarmente, necessário se faz apresentar os conceitos dos riscos fiscais, classificados em duas categorias, quais sejam:

### **RISCOS ORÇAMENTÁRIOS**

Os riscos orçamentários são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas projetadas na Lei Orçamentária Anual não se confirmarem durante o exercício financeiro. No caso das receitas, os riscos decorrem da frustração na arrecadação, ou seja, na não concretização das situações e parâmetros utilizados na sua projeção. Quanto às despesas, os riscos decorrem da necessidade de execução de despesas não fixadas ou orçadas a menor na lei orçamentária. Ocorrendo estas situações, faz-se necessário proceder à revisão das receitas e, consequentemente, à reprogramação das despesas, de forma a ajustá-las às disponibilidades de receitas efetivamente arrecadadas.

### **RISCOS DECORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA**

Esses riscos referem-se a possíveis ocorrências externas à administração que, quando efetivadas, resultam em aumento do serviço da dívida pública do ano em referência e são verificados, principalmente, a partir de dois tipos de eventos:

- risco relacionado à gestão da dívida decorre do impacto de eventuais variações de taxas de juros, de câmbio e de inflação nos títulos vincendos. Essas variações geram impacto no orçamento anual, pois provocam aumento da demanda de recursos necessários ao pagamento do serviço da dívida dentro do período orçamentário, gerando efeito sobre os títulos cujo prazo de vencimento se estende além do exercício fiscal, com impacto nos orçamentos dos anos seguintes; e
- passivo contingente, obrigação provável cuja existência depende de condições futuras relativas a aspectos legais. Os passivos contingentes referem-se a obrigações causadas por evento que pode vir ou não a acontecer. A probabilidade de ocorrência e sua magnitude dependem de condições exógenas, difíceis de serem previstas.

Existem inúmeras situações que podem ser caracterizadas como riscos fiscais, quais sejam: possibilidade de ter que honrar garantia concedida; indenização por cancelamento de contrato; pagamento de passivos trabalhistas; realização de despesas por conta de decisões judiciais; mudanças na legislação que possam representar aumento não previsto de despesa etc.

## DOS POSSÍVEIS RISCOS NO ÂMBITO DO DISTRITO FEDERAL

### SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesse caso, convém ressaltar que o Distrito Federal auferiu uma situação orçamentária e financeira bastante confortável, pois como é verificado nos balanços orçamentários dos três últimos exercícios, apesar de ter havido frustração relativa no comportamento da arrecadação das receitas previstas, a realização das despesas não tem gerado maiores problemas, sobretudo em função das reprogramações financeiras não permitirem a assunção de despesas que não pudessem ser custeadas com recursos do exercício. Ressalte-se que, em 2007, houve reconhecimento de dívida expressivo, mas que não veio a prejudicar a execução do exercício, dada a política de gestão fiscal estabelecida, o que veio a gerar o extraordinário saldo de R\$ 486,4 milhões.

Por outro lado, os resultados primários apresentaram-se superavitários, conforme se verifica no quadro a seguir, demonstrando uma substancial elasticidade na relação Dívida / Receita Corrente Líquida, estabelecida em Resolução do Senado Federal:

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Em R\$ 1,00

2005		2006		2007	
Receita Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
8.202.835.632	6.862.631.401	9.212.129.384	7.882.113.141	10.107.414.256	8.631.862.638
Despesa Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
8.295.482.541	6.852.497.341	9.342.105.163	7.963.942.368	10.248.051.564	8.145.430.535
<b>Saldo</b>	10.134.060		-81.829.227		486.432.104

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios

### RESULTADO PRIMÁRIO

2005		2006	2007
Receita Primária	6770.712.076	7.717.993.567	8.492.827.476
Despesa Primária	6.571.632.746	7.664.874.871	7.861.223.817
Resultado Primário	199.079.331	53.118.696	631.603.659

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios

### DÍVIDA PÚBLICA

2005		2006	2007
Dívida Consolidada	2.409.261.712	2.648.358.954	2.793.333.615
Dívida Consolidada Líquida	2.129.683.879	2.278.953.471	1.551.449.446
RCL	6.149.618.267	6.969.806.703	8.165.043.022
Relação DC/RCL	39,18%	38,00%	34,21%
Relação DCL/RCL	34,63%	32,70%	19,00%
Relação Dívida/RCL Definida pelo Senado Federal (máximo)	200,00%	200,00%	200,00%

Fonte: Balanço Orçamentário dos Exercícios

## PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes estão diretamente relacionados a ações judiciais contra o Distrito Federal, com possibilidade de perda.

Existem registros de que os passivos dessa natureza, das entidades da administração direta, monta em R\$ 5.754.167.362,83, tendo a seguinte composição:

TIPO	QUANTITATIVO	VALORES EM R\$ 1,00
Precatórios Judiciais	1.855	3.975.835.753,32
RPI/RPV	629	2.918.003,68
Execução de Sentença	01	15.413.602,83
Ações Diversas	13.064	2.760.000.000,00
TOTAL	15.549	5.754.167.362,83

Fonte: Procuradoria Geral do DF.

Dessa situação, pode concluir que os Precatórios Judiciais e as Requisições de Pequeno Valor ou de pagamento Imediato, não são problema, até porque já não podem mais ser classificados como tal, em função de que fazem parte da ordem cronológica de pagamentos, estabelecida em conformidade com o disposto no art. 100 da Constituição Federal. O Governo do Distrito Federal está saldando dívida relativa ao exercício de 1995, com aplicação anual da ordem de R\$ 90,0 milhões.

Já a execução de sentença, nesta fase de tramitação, a possibilidade de perda é grande. Por outro lado, as ações diversas ainda estão em processo inicial, que podem sofrer embargos, culminando em concretização da lide, muito das vezes em desfavor do autor da ação.

Todavia, é importante ressaltar que, ainda, em caso de possibilidade de perda por parte do Distrito Federal, os pagamentos só podem ser realizados seguindo a ordem cronológica definida na Constituição Federal.

Nos orçamentos anuais, estão sendo consignados recursos equivalentes a pelo menos 1% da Receita Corrente Líquida - RCL para os pagamentos dos precatórios judiciais, na forma da Lei Complementar nº 666, 27 de dezembro de 2002.

Além disso, o art. 24 desta Lei estabelece o limite de no mínimo 1% da Receita Corrente Líquida – RCL na Lei Orçamentária Anual para a composição da Reserva de Contingência, da qual pelo menos 10% são assegurados para atender passivos contingentes e outros riscos fiscais.

Por outro lado, há uma expressiva dívida trabalhista dos trabalhadores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, da administração indireta, que monta em R\$ 483.281.377,53, que corrigida em 37,5% totaliza R\$ 664.511.894,00.

Essa dívida decorre, sobretudo, da não incorporação de plano econômico aos salários. Para resolver essa situação, o Governo do Distrito Federal instituiu uma força tarefa para, em conjunto com a comissão representativa dos funcionários, alcançar formas de sanear tais dívidas.

Não é possível, neste momento, adiantar proposta de negociação. De toda sorte, a resolução certamente ocorrerá dentro das possibilidades orçamentárias e em conformidade com as disposições legais.

Diante do exposto, conclui-se que o Distrito Federal não corre riscos fiscais iminentes, por dispor de saúde financeira confortável, de controle fiscal rígido, da prerrogativa legal da ordem cronológica de pagamentos estabelecida na Constituição Federal, de possibilidades orçamentárias e, também, da vontade política deste Governo na solução de passivo da NOVACAP, de comum acordo com a representação dos servidores daquela instituição.

Havendo a necessidade de solução imediata, nos casos de frustração de receitas tributárias ou dos passivos mencionados, o Governo do Distrito Federal poderá, de imediato, promover a reprogramação financeira dos recursos, contingenciando dotações orçamentárias, na forma do disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como se utilizar dos recursos da reserva de contingência, na forma do disposto no art. 24 desta Lei.

Relativamente à questão da dívida, é possível afirmar que não há risco.

\*\*\*\*\*